



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
DIVISÃO DE ASSUNTOS MINERÁRIOS (CHEFE)
DESPACHO n. 17018/2023/PFE-ANM/PGF/AGU

NUP: 48051.007806/2023-54.

INTERESSADOS: TCU TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO.

ASSUNTOS: MINERAÇÃO.

1. Na presente data os autos foram encaminhados a esta Divisão de Assuntos Minerários para **ciência do Despacho nº 197573/AIG/ANM/2023** (Super sapiens: Seq. 04 - SEI:10654926) no qual a Auditoria Interna Governamental (AIG) encaminhou ao Diretor-Geral, com cópia à Procuradoria Federal Especializada (PFE), à Superintendência de Fiscalização (SFI), à Superintendência de Outorga de Títulos Minerários (SOT) e, por fim, à Gerência Regional da ANM no Estado de Alagoas (GER-AL), o **Ofício nº 63.332/2023-TCU/Sepproc** (SEI:10654886), cujo teor discorre acerca de oitiva prévia no âmbito da *"representação formulada pelo Excelentíssimo Senhor Senador Renan Calheiros acerca da insuficiência dos valores pagos, por meio de acordos celebrados entre o Ministério Público Federal e a empresa Braskem S.A. e homologados pela Justiça Federal de Alagoas, a título de reparação de danos ambientais causados pela exploração de sal-gema no Estado de Alagoas por quarenta anos"*, em trâmite na forma da TC nº 008.851/2023-9.

2. À luz do teor do Despacho nº 197573/AIG/ANM/2023 a ANM deverá informar ao Tribunal de Contas da União (TCU), **no prazo de 24 horas**, *"qualquer mudança na situação do ato, licitação ou contrato objeto da presente oitiva, notadamente se puder modificar os pressupostos para eventual adoção de medida cautelar pelo Tribunal. No que tange a ampla defesa do órgão, o Tribunal fixou o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta comunicação, para manifestação quanto às ocorrências descritas nas documentações anexas"*. Alertou-se para a *"importância de leitura do inteiro teor da decisão para o devido conhecimento dos fatos; atentar, especialmente, para a oitiva determinada"*. Esclareceu-se, por fim, que *"a resposta deverá ser realizada, preferencialmente, por meio de Nota Técnica, identificando o número de ofício e o respectivo processo TC, conforme documento "Nota Técnica Modelo e Orientações" (SEI 10654986)"*. No Despacho referenciado alhures foi acertadamente solicitada a realização de esforço integrativo, no âmbito das unidades da ANM, para uniformizar a resposta institucional acerca do tema. Por fim, a Auditoria Interna se colocou à disposição para sanar dúvidas ou prestar orientações complementares.

3. O tema tratado na Tomada de Contas (TC nº 008.851/2023-9) é de extrema relevância o que corrobora a necessidade de resposta ao **Ofício nº 63.332/2023-TCU/Sepproc** (SEI:10654886), **no tempo e modo definidos no texto do citado expediente**. Nesta quadra, os exíguos prazos fixados reclamaram necessário esforço integrativo da ANM, ratificando a orientação da AIG. O Ofício nº 63.332/2023-TCU/Sepproc consigna informações de caráter essencialmente técnico, estranhas, pois, às atribuições da PFE. O Despacho nº 197573/AIG/ANM/2023 dá ciência à PFE, porém não formula questionamento a ser dirimido, tampouco suscita ponto jurídico a ser dilucidado. Contudo, este órgão de assessoramento jurídico está à disposição para sanar eventual dúvida de natureza jurídica acerca do tema submetido à apreciação do TCU.

4. Ante todo o exposto, encaminho os autos ao Setor de Apoio Administrativo para adoção das seguintes providências:

- a) Abrir tarefa, via Super Sapiens, para a Coordenadora da Divisão de Assuntos Minerários para ciência;
- b) Juntar ao presente NUP, no super sapiens, a cópia da peça 20 referenciada no Ofício nº 63.332/2023-TCU/Sepproc, identificada no SEI sob o nº 10654895 (Despacho cautelar);
- c) Abrir tarefa, para ciência, à Diretoria-Geral, à Superintendência de Fiscalização (SFI) e à Superintendência de Outorga de Títulos Minerários (SOT);
- d) Encaminhar o presente caderno ao arquivo corrente até ulterior provocação e novo encaminhamento para esta PFE/ANM.

Brasília, 20 de dezembro de 2023.

Márcio Chaves de Castro
Procurador Federal
PFE/ANM/DF

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 48051007806202354 e da chave de acesso 78f29fc8



Documento assinado eletronicamente por MÁRCIO CHAVES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1375135634 e chave de acesso 78f29fc8 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MÁRCIO CHAVES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-12-2023 15:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.
